

Tributação Silêncio de Lula sobre fim de isenção a sites estrangeiros é preocupação com popularidade

‘Claramente, o presidente não quer pôr a mão nesse vespeiro’

Adriana Mattos e Nelson Niero
De São Paulo

Membro do Conselho, o conselho de desenvolvimento econômico do governo, Sérgio Zimmerman foi o escolhido por um grupo de conselheiros ligados ao varejo para discursar na última reunião do órgão, em Brasília.

Colocado no fim da fila das apresentações pelos organizadores, o empresário abriu sua fala num tom bem mais duro daqueles que vieram anteriormente, e questionou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo que considera ser uma “postura sem sentido e de benefício” do governo com as plataformas estrangeiras, que importam remessas abaixo de US\$ 50 com imposto zero desde agosto.

“Não faltam empresários que acham que tem que ficar de boca fechada”, disse, em entrevista ao Valor, no mês passado. “Deveria fazer parte das obrigações de um empresário se posicionar, pelo impacto das políticas públicas no futuro da empresa e da sociedade.”

O fundador e executivo-chefe da rede de artigos para animais de estimação Petz questiona há meses a decisão do governo de livrar dos 60% de imposto de importação os marketplaces estrangeiros que seguem regras de um programa de conformidade. Ele e outros empresários até tentaram marcar uma reunião com Lula. “Esses dias recebi a notícia de que [o tema] está na pauta de prioridades do presidente. Desculpa, mas já são seis meses de espera. Eu não entendo que prioridade é essa”.

O último contato do Ministério da Fazenda com o IDV, entidade que reúne varejistas brasileiros, foi em outubro de 2023.

Para ele, a postura do governo de manter essa isenção, enquanto a carga tributária do comércio nacional é de 100%, é muito mais uma preocupação com rede social e popularidade do que com questões técnicas. “O que me parece muito claro é que o presidente não quer pôr a mão nesse vespeiro.”

Não por acaso, ele desconfia que está sendo “cozido” no Conselho desde o fim do ano passado. “Chega uma hora em que você fala dez vezes a mesma coisa. A sensação é que você está falando, mas ninguém está escutando”, diz.

Um exemplo desse diálogo interrompido é a divergência entre os números da Receita Federal e do Banco Central sobre o valor das importações em 2023 com produtos abaixo de US\$ 50, alvo da política de isenção. Enquanto a Receita fala em algo como R\$ 16 bilhões, o BC trabalha com R\$ 50 bilhões.

“Eu fico com a sensação de que o Banco Central não conversa com a Receita Federal como se fossem do mesmo governo”.

A definição desse valor é crucial porque, sem saber o tamanho real da entrada de mercadorias no país, não avança o debate em torno do quanto o governo pode ganhar se cobrar impostos das plataformas. E também não sai do lugar a discussão do fim da isenção.

No caso do Fisco, o órgão trabalha com os valores da venda fornecidos pelas próprias lojas estrangeiras, por autodeclaração. Já o BC contabiliza o valor da transação pelos meios de pagamento. No primeiro caso, na visão de varejistas nacionais, pode ser sinal de que o subfaturamento continua a acontecer. Procurados, BC, Receita e Fazenda não se manifestaram.

A postura atívida de Zimmerman não se restringe às negociações setoriais com o governo — e o resultado nem sempre é o silêncio dos

interlocutores. Ele foi duramente criticado nas redes sociais porque assinou abaixo-assinado para que o Lula revise, em janeiro, a posição de apoiar investigação de suposto genocídio em Israel, levando à imagem da Petz a reboque. Nascido em São Paulo, o fundador da Petz faz parte da comunidade judaica da capital. “Até hoje tem gente que chama a Petz de genocida.” Leia trechos da entrevista.

Cozido no Conselho

Eu acho que essa demora em se evoluir no debate de uma alíquota de importação para envios abaixo de US\$ 50 é muito mais uma questão de preocupação com rede social e com popularidade do que com questões técnicas. Na melhor das hipóteses, se está olhando a questão de popularidade.

No Conselho, estou sendo literalmente cozido desde o quarto trimestre do ano passado. Falam: “O presidente tem interesse no tema.” Fiz o pronunciamento no Conselho, na reunião em dezembro [em que questiona a entrada de itens estrangeiros sem controles]. E disseram: “O presidente gostou muito”. Esses dias recebi mensagem de que está na pauta de prioridades. Respondi: Desculpa, mas essa pauta de prioridade já tem o quê? Seis meses? Não entendo que prioridade é essa.

Falando para ninguém

Claramente esse é um assunto que não se quer se colocar o dedo. O que me parece claro é que o presidente evita tocar no tema. É meio assim, eu não vou pôr a mão nesse vespeiro não, deixa desse jeito.

Depois dessa “gladeira”, decidi dedicar meu tempo às questões da Petz. Chega uma hora em que você fala dez vezes a mesma coisa. A sensação é que você está falando para ninguém. E estou falando da informação divergente do Banco Central e da Receita sobre valores das importações abaixo de US\$ 50 e renúncia fiscal. Já passaram dois meses desde que levantamos isso junto ao governo. Não há resposta.

A incógnita dos R\$ 34 bi

A Confederação da Indústria (CNI) e a do Comércio (CNC) apresentaram, em janeiro, uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra a isenção e pela isonomia tributária entre locais e estrangeiros. Falei com Jorge Gonçalves Filho, presidente do IDV [Instituto do Varejo], que deveria se oficial o BC na ação para tratar essa questão.

Há outra divergência que vemos. No caso do valor anual de remessas internacionais de pequeno valor [até US\$ 50], vemos o BC falar em cerca de R\$ 50 bilhões, e a Receita em R\$ 16 bilhões. E tem essa diferença de R\$ 34 bilhões.

Talvez tenha outras coisas dentro desses R\$ 34 bilhões, mas que podem significar pouco, algo como R\$ 1 bilhão, R\$ 2 bilhões, R\$ 3 bilhões, como a assinatura do Amazon Prime, que paga para o exterior, por exemplo. Mas a gente não consegue chegar em uma conta que feche essa diferença.

Eu fico com a sensação de que o BC não conversa com a Receita como se fossem do mesmo governo. Parece que existe uma coisa de não se mostrar as informações, mas eu não consigo ter a menor ideia de qual a razão disso. É uma certeza eu tenho o ministro Haddad [Fernando Haddad, da Fazenda] também não tem a menor ideia do porque dessa divergência.

Conversa com Haddad

Quando eu questionei o minist



Sérgio Zimmerman: ‘No Conselho, estou sendo literalmente cozido desde o quarto trimestre do ano passado’

“A sensação é que você fala e ninguém escuta” Zimmerman, sobre divergência entre BC e Fisco

tro sobre as divergências nos valores, ele disse que tem outras coisas no valor. Pedi então para ele explicar o que são esses R\$ 34 bilhões. Ele disse: “Boa pergunta”. Agora, esse silêncio, essa dificuldade em conseguir a explicação torna todo esse processo muito estranho.

Mais divergências

Sobre a venda pelo “cross border”, falamos em uma renúncia fiscal potencial de R\$ 30 bilhões pela isenção de imposto de importação, sem sequer haver um consenso sobre esse número. Enquanto o BC trabalha com esse valor, o número da Fazenda é um terço disso, R\$ 10 bilhões. Como é que pode ter um número de renúncia para a fazenda e outro para o BC? É dinheiro suficiente para, num momento que está se discutindo ajuste fiscal, não se pensar duas vezes sobre o que é certo fazer.

A China é o Paraguai

A China é tipo o Paraguai. No Paraguai você consegue comprar coisas originais, boas e coisas falsificadas. Tem uma grade para todos os gostos. A China também produz qualquer coisa. E quando você importa da China ou de qualquer parte do mundo, pela lei, você assume a responsabilidade da indústria. Só que a venda direta, que é essa venda do fabricante chinês ao país, está totalmente desregulada.

O mesmo produto que esse cross-border está vendendo para o consumidor, se eu quiser comprar Petz e vender, não consigo, porque não passo pelos testes. Porque se eu vender por minha conta e matar alguém, com um produto de tinta tóxica, sou preso. Tem um arcabouço de proteção ao consumidor quando se trata de empresa nacional, o que é correto. Isso desaparece quando esse varejista é estrangeiro. Acho inacreditável que essa situação seja mantida.

Desistir do país?

Isso aqui equivale, na minha concepção, a quando um empresário que tem condições começa a desistir do país e falar: “Tem vez de lutar pelo Brasil, vou morar fora e pronto. Tenho que resolver o meu problema.” Acho muito triste ter que ir por esse caminho.

Janja e as redes sociais

Acho que cada um tem que imaginar as hipóteses para explicar essa situação de manter a falta de isonomia de tributos [entre empresas locais e estrangeiras]. A hipótese mais inocente que eu vejo é isso: a posição da Janja [Rosângela Lula da Silva, primeira-dama, a favor da isenção], e o efeito nos redes sociais [do fim da isenção]. Porque, tecnicamente, não tem razões para isso continuar. Não existe governo que atente contra o próprio varejo e a indústria. Em favor do quê? Na China, o cross-border é uma questão de Estado. E fica mais estranho ainda quando as próprias plataformas admitem que um imposto de importação de 20% seria justo. Mas nem isso o governo coloca.

Promessas de Haddad

Eu continuo com a percepção de que o Haddad é uma pessoa

bem intencionada, que está com um pensamento absolutamente correto sobre esse assunto, mas acho que ele está com outros desafios em que tem mais apoio do governo. O problema é que ele sabe que, tecnicamente, é certo fazer [criar alíquota para a importação], mas, politicamente, ele não tem apoio. Desde a primeira vez que nos encontramos, ele já sinalizou que, se não tiver apoio político, não tem jeito. E o apoio político não aparece, muito pelo contrário. É como não se bastasse isso, tem a questão dos controles. Se você vai vender um produto na China ou, acho, em qualquer parte do mundo, os governos pedem o pré-cadastro do produto para saber se ele está sujeito a alguma norma técnica. Aqui, o “cross-border” é uma porta escancarada.

Surpresa positiva

Tem que se admitir que ser ministro da Economia em um país como o Brasil, com a falta de apoio político para as questões de estabilidade fiscal, não é fácil. Acho que, no geral, Haddad tem surpreendido positivamente.

Dois pesos, duas medidas

Existe um dado muito objetivo. Com as novas regras de importação abaixo de US\$ 50 após agosto, a alíquota de imposto de importação foi de 60% para zero. E o ICMS, de zero para 17%. Em 2022, eram R\$ 60 bilhões em valor importado, quando a alíquota era 60%. Ou seja, haveria R\$ 36 bilhões de impostos de importação. Al eu pergunto: existe uma prescrição fiscal para crimes tributários de cinco anos?

Por que não se está indo atrás desses R\$ 36 bilhões que não foram arrecadados? As plataformas estão aí, são conhecidas. Se fosse descoberta uma venda de R\$ 60 bilhões de uma empresa brasileira sem arrecadar o imposto, ficaria tudo por isso mesmo? A Receita está vendo, o governo está vendo, e faz de conta que não tem nada.

‘Genocida’

A minha visão não é alinhada com nenhum político ou partido político. Não tenho problema nenhum de elogiar coisas que o PT possa fazer ou que o Bolsonaro tenha feito. Me mantive equidistante da polarização. Aliás, a polarização, para mim, é coisa mais pobre que pode ter, ela esmaga o diálogo, o contraditório. Vejo que esse espaço para debate desapareceu.

A vez que fui mais criticado, e a Petz por extensão, foi quando assiné aquele abaixo-assinado para que o Lula revise a posição de apoiar a África do Sul que defendia a existência de genocídio em Israel. Até hoje tem gente que chama a Petz de “genocida”.

Empresários de boca fechada

Deveria fazer parte dos deveres de um empresário se posicionar, dado o impacto das políticas públicas no futuro da empresa, quando você pensa no negócio a médio e longo prazo. A sua empresa vai ser tão mais forte quanto mais forte for a sociedade. Agora, não faltam empresários que acham que tem que ficar de boca fechada.

Finanças
Debêntures baratas ajudam empresas a antecipar quitação de dívidas
CI